



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 233 / JANEIRO-FEVEREIRO 2026 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 Faleceu um dos nossos, o melhor de todos nós! Faleceu o Libério.
- 4 Na Luta pela Paz! Em solidariedade com a Palestina!
- 6 Pela realidade da Higiene Urbana!
- 8 STML reúne com o Vice-Presidente da CML
- 14 Uma poderosa Greve Geral!
- 15 Pelo setor empresarial público que o STML acompanha
- 17 Pelas Juntas de Freguesia
- 20 A importância das eleições para a Presidência da República



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 233 / JANEIRO-FEVEREIRO 2026

WWW.STML.PT

Director Nuno Almeida

Corpo Redactorial Luís Dias, Rui Gabriel, José Cruz, Patrícia Lages, Susana Dias, Paula Correia, Hugo Nóbrega, Sandro Roque e Miguel Mendes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

A luta contra a revisão da legislação laboral e a política nefasta e mais geral do Governo que impõe o retrocesso social e o empobrecimento acelerados dos trabalhadores e das suas famílias, teve no passado dia 11 de dezembro, uma resposta avassaladora com mais de três milhões de pessoas a aderir à Greve Geral realizada nesse dia. De norte a sul do país, do setor público ao setor privado, foi expressiva a força de quem trabalha pelas consequências de uma greve que a todos os níveis foi de facto geral!

Bem podem os trauliteiros governamentais construir realidades artificiais sustentadas em pretensas inexpressividades da greve, que a verdade será sempre inabalável perante os factos erguidos e vividos pelos próprios trabalhadores no dia 11 de dezembro.

Bem sabemos que este Governo e os seus apoiantes usam e abusam da prepotência, arrogância, populismo, demagogia e mentira, não excluindo na prática qualquer caminho para desprestigiar quem trabalha, ofendendo, para além da sua inteligência, também as suas condições de vida. Cá estaremos e continuaremos para demonstrar o que queremos para as nossas vidas e o que recusamos taxativamente. E assim o fizemos no dia 13 de janeiro, com milhares de trabalhadores na rua em Lisboa, para a entrega de **mais de 192 mil assinaturas** recolhidas pelos sindicatos da CGTP-IN contra o pacote laboral. E a luta irá continuar, não temos dúvidas!

Na cidade de Lisboa, a Greve Geral também foi marcada por uma forte adesão, principalmente nos setores operacionais da CML e das Juntas de Freguesia. No universo das empresas municipais, valorizamos a adesão dos trabalhadores da EGEAC que impuseram o encerramento de praticamente todos os equipamentos sob gestão da empresa.

No plano institucional, face às realidades setoriais que o STML acompanha, sublinhamos as reuniões com o novo Executivo, nomeadamente a 21 de novembro com o Vice-Presidente, a 12 de dezembro com o Vereador da Proteção Civil e Bombeiros, ou a 19 de janeiro com a Vereadora dos Espaços Verdes, Gestão Cemiteiral e Higiene Urbana, entre outras áreas.

Em termos setoriais, o Sindicato prepara-se para iniciar a construção e/ou atualização dos Cadernos Reivindicativos dos trabalhadores de várias áreas de intervenção do município, como da iluminação pública, espaços verdes, cemitérios, oficinas de reparação e manutenção mecânica ou limpeza urbana.

Na realidade que diz respeito às juntas de freguesia, desde as eleições de outubro, que o STML reuniu já com os executivos de Santa Maria Maior, Marvila, Ajuda, Belém, Areeiro, Alvalade, Carnide, Lumiar, Arroios e Santa Clara. Ainda em janeiro, prevê-se reunião com a Penha de França e São Domingos de Benfica, insistindo o Sindicato com as Juntas em que ainda não foi possível determinar o respetivo agendamento. Em todos estes momentos, são os direitos e os interesses dos trabalhadores que justificam e motivam a intervenção do STML.

Nas empresas municipais, o Sindicato abriu em dezembro o processo negocial sobre os aumentos salariais deste ano, apresentando as propostas sufragadas pelos trabalhadores às administrações da EGEAC e da GEBALIS. Perspetiva-se agora nova ronda negocial, em ambas as realidades, para o próximo mês de fevereiro. Na SRU e no MARL, o STML continua a construir caminho para que um dia seja possível alcançar um Acordo de Empresa, na expectativa que seja mais cedo do que tarde.

A todos os trabalhadores que o Sindicato acompanha na cidade de Lisboa, a Direção deseja um bom ano e, acima de tudo, reforçar a confiança que nos permite, entre todos, erguer a força necessária para alcançar melhores condições de trabalho e de vida.

Não esquecemos nesse propósito, a importância das eleições para a Presidência da República. Essencial, para além de recusar as amarras do “voto útil”, é votar bem e sem tibiezas em quem recusa taxativamente a política laboral e salarial daqueles que até agora nos têm infernizado a vida. Em quem, por exemplo, deitaria por terra, ‘se fosse Presidente’, o processo que enfrentamos sobre a revisão da legislação laboral apoiado por PSD/CDS/CH/IL.



Faleceu um dos nossos, o melhor de todos nós! Faleceu o Libério.

Deixou-nos na madrugada de 23 de novembro, aos 68 anos de idade, o nosso Dirigente Libério Domingues, que deixa uma marca indelével no STML, no movimento sindical e na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

Natural de Assentiz, Torres Novas, nascido a 10 de outubro de 1957, o Libério começou a trabalhar aos 13 anos, como aprendiz de estofador. Em 1978, passou a desempenhar a função de estofador de automóveis nas Oficinas de Reparação e Manutenção Mecânica da CML, onde se manteve como encarregado operacional.

Em 1986 foi eleito Delegado Sindical do seu Sindicato de sempre, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, tendo sido seu Presidente entre 1993 e 2008 e sendo atualmente Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Foi ainda dirigente na União dos Sindicatos de Lisboa, que coordenou desde 2008 a 2023, mantendo ainda a sua enorme dedicação e ligação à União, enquanto membro da sua Direção Distrital e da sua Comissão Executiva.

Na CGTP-IN, deu o importante contributo como membro do Conselho Nacional nos mandatos entre 1996 e 2024, tendo sido eleito para a sua Comissão Executiva em 2008.

A vida e o percurso de Libério Domingues destacaram-se por uma visão encorajadora, por uma ação sempre pronta e determinada para responder às dificuldades e

para ir mais longe, para procurar de forma solidária e coletiva os caminhos para fortalecer o movimento sindical e a causa dos trabalhadores. Com um profundo sentido de solidariedade, foi sempre atento aos outros, às suas necessidades, ao seu crescimento enquanto quadros e pessoas. Esteve sempre disponível para apoiar e ao lado de quem mais precisava. A sua combatividade, firme e serena, a sua sensibilidade, a sua inabalável consciência de classe, a sua enorme capacidade de lutar e de, perante a dureza dos combates, nunca esquecer a amizade e a solidariedade, constituem um exemplo de dedicação e coragem na luta por uma sociedade mais justa.

O nosso Libério foi uma escola viva para quem teve o privilégio de o conhecer, com ele aprender e crescer enquanto ser humano. A memória de Libério Domingues permanecerá viva no legado que deixou e no exemplo que perdurará sempre nas nossas memórias e nas opções que assumimos na luta por uma sociedade mais justa e solidária, também por um mundo de paz.

Acima de tudo, continuaremos o caminho desbravado com enorme coragem pelo Libério na realidade que diz respeito à luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em particular dos trabalhadores do município de Lisboa.

Até sempre camarada Libério!

Na Luta pela Paz!

Em solidariedade com a Palestina!



O STML realizou a 25 de novembro, no Largo José Saramago, uma reunião de trabalhadores onde se debateu a prioridade do nosso tempo: o caminho da Paz. Denunciamos e criticamos as opções políticas do atual Governo português, que tem priorizado a corrida aos armamentos, desviando verbas em dimensões essenciais, como a saúde, educação ou habitação, sem esquecer a necessidade do aumento real dos salários. Na Lei do Orçamento do Estado para este, por exemplo, observa-se um aumento de 14,5% para a “defesa”, enquanto que para a saúde, apenas 1,5%, sinónimo de uma diminuição pela inflação.

Em termos mais concretos, debateu-se a situação na Palestina e a urgência em pôr cobro ao genocídio que Israel continua a impor ao povo Palestiniano. Apesar do pretenso cessar-fogo assumido em outubro, continuam a morrer pessoas todos os dias à conta dos bombardeamentos israelitas.

Sublinhar negativamente a censura por parte da CML na divulgação desta iniciativa, sem esquecer as ameaças expressas abertamente na EGEAC em marcar faltas injustificadas aos trabalhadores que pudessem vir a participar neste encontro, a todos os níveis inaceitável, inédita na história da empresa e que mereceu uma firme resposta do STML. Não toleramos qualquer tentativa de castração dos direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores que representamos e acompanhamos.

Motivos que nos levam a valorizar e agradecer a determinação e coragem de todos os trabalhadores que, mesmo num contexto de censura, perseguição e intimidação, não deixaram de marcar presença neste debate. Em relação aos trabalhadores a EGEAC, pelo resultado da intervenção do Sindicato, foram informados a 4 de dezembro pela Administração que não lhes seria atribuída qualquer falta injustificada pela participação nesta iniciativa. Contudo, ninguém apaga a decisão que na prática limitou e constrangeu a sua liberdade de participação, matéria que o STML fez questão de frisar na reunião a 22 de dezembro com os responsáveis da empresa.

Por último, agradecemos as intervenções dos convidados na iniciativa de 25 de novembro, nomeadamente a Marta Azenha, do Movimento Cultura É Resistência, a Julie Ne-

ves, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, o Diniz Lourenço, da CGTP-IN e o Carlos Almeida, do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente. Também à União dos Sindicatos de Lisboa, através do seu Coordenador João Coelho.

CONTINUA A AÇÃO GENOCIDA DE ISRAEL NA PALESTINA!

Israel está a praticar, continuamente, atos de genocídio a que a declaração de cessar-fogo na Faixa de Gaza não pôs termo. Para isso, Israel beneficia da cumplicidade ativa e passiva da maioria dos Estados “ocidentais”. Mas o Direito Internacional estabelece não só a obrigação de prevenir o genocídio como pune a cumplicidade nos mesmos termos da prática do crime. Em suma, Portugal poderá ser acusado de cumplicidade do crime de genocídio.

O crime de Israel é público e sobejamente conhecido!

Reputadas organizações internacionais, palestinianas e mesmo israelitas de defesa dos direitos humanos, conduziram aprofundadas investigações que culminaram em relatórios que têm vindo a ser publicados, todos eles confirmando a prática do crime de genocídio por Israel, nomeadamente a Amnistia Internacional; os Médicos Sem Fronteiras; a Human Rights Watch; o Palestinian Center for Human Rights; o B'Tselem-The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories; os PHRI-Physicians for Human Rights (Israel) e a International Association of Genocide Scholars.

Também vários relatores especiais e peritos independentes das Nações Unidas, incluindo a relatora especial Francesca Albanese, se têm pronunciado no mesmo sentido e, mais recentemente, a Comissão de Inquérito Independente da ONU concluiu num relatório que «o Estado de Israel é responsável por não ter impedido o genocídio, pela prática de genocídio e por não ter punido o genocídio contra os palestinianos na Faixa de Gaza».

No processo movido pela África do Sul contra Israel pela prática do crime de genocídio, o Tribunal Internacional de Justiça considerou que havia um risco plausível de genocídio e decretou, em 26 de janeiro de 2024, medidas provi-

sórias a serem adotadas por Israel. O tribunal recordou que «as suas decisões sobre medidas provisórias nos termos do artigo 41.º do Estatuto têm efeito vinculativo e, por conseguinte, criam obrigações jurídicas internacionais para qualquer parte a quem as medidas provisórias se destinem». Em 28 de março e 24 de maio de 2024, o Tribunal confirmou e ampliou as medidas provisórias anteriores.

Em suma: nenhuma entidade, nacional ou supranacional, pode alegar ignorância de que Israel está a praticar um genocídio.

A declaração de cessar-fogo não parou o genocídio

A declaração de cessar-fogo na Faixa de Gaza em 10 de outubro de 2023, tem servido de pretexto aos governos “ocidentais” para renormalizar as suas relações com Israel. No entanto, as ações genocidas de Israel não cessaram. Entre 10 de outubro e 2 de dezembro, registaram-se 591 violações do cessar-fogo por parte de Israel, causando 360 mortos e 922 feridos palestinos, além do habitual cortejo de destruição de casas e infraestruturas. Segundo a BBC, desde o cessar-fogo, Israel destruiu 1.500 edifícios na área que continua a ocupar na Faixa de Gaza.

Continuam também os entraves à entrada de ajuda humanitária. Segundo fonte das Nações Unidas, devido às restrições de circulação impostas por Israel, só uma fração dos camiões de ajuda humanitária programados para entrar em Gaza chegou ao seu destino.

Israel está a destruir o presente, o futuro e o passado da Palestina

Os números registados até à data são já de si angustiantes: mais de 70 mil mortos, 20 mil dos quais crianças. Cerca de 180 mil feridos; mais de dois terços das terras e recursos agrícolas destruídos; mais de 85% das instalações de água e saneamento total ou parcialmente inoperativos; a biodiversidade da Faixa de Gaza seriamente afetada; 42 milhões de toneladas de detritos contaminados e entre 5 e 10% de explosivos que não detonaram.

Mas enquanto os “planos de paz” apontam à reconstrução do edificado, nada permitirá reconstruir a educação de toda uma geração perdida pelo assassinato de estudantes, professores e outro pessoal de educação e a destruição de inúmeras infraestruturas escolares, como nada permitirá evitar as sequelas das vítimas de desnutrição, dos portadores de doenças crónicas, da falta de cuidados de saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, das vítimas de epidemias doenças infecciosas – consequências dos ataques especificamente dirigidos ao sistema de saúde – hospitais, clínicas, ambulâncias, médicos e paramédicos.

O assassinato seletivo de jornalistas e outros profissionais da comunicação visou criar uma barreira de silêncio sobre os crimes cometidos em Gaza. Morreram mais jornalistas na presente intervenção militar e criminosa de Israel contra Gaza do que em todas as guerras desde a guerra civil americana até à guerra no Afeganistão, incluindo as duas guerras mundiais.

Mas não é só o presente e o futuro da Palestina que estão na mira do genocídio israelita. O Estado de Israel tem procurado apagar a identidade nacional do povo palestino recorrendo à manipulação, pilhagem ou destruição do seu património cultural, tendo como alvo não só o património material – edifícios históricos e religiosos, sítios arqueológicos, museus e bibliotecas, edifícios culturais e académicos, centros de documentação –, mas também o património imaterial – os costumes, a cultura e os artefactos.

Risco para Portugal de acusação de cumplicidade no genocídio

Têm sido divulgados eventos que são suscetíveis de ser considerados atos de cumplicidade podendo colocar Portugal sob alçada dos tribunais internacionais. Exemplos:

- Em agosto de 2024, o navio *Kathrin*, com pavilhão português, transportava material militar com destino a Israel. Só depois de muita pressão da opinião pública portuguesa é que o Governo cancelou o registo português.
- Entre 23 e 24 de abril de 2025, fizeram escala na Base das Lajes, três caças furtivos F-35 que os EUA venderam a Israel, havendo a suspeita de que outros trânsitos terão ocorrido anteriormente.
- Em agosto de 2025, o Comité de Solidariedade com a Palestina denunciou que a Força Aérea Portuguesa continuava a fazer negócios com a empresa de armamento israelita Elbit.
- O navio *Holger G*, com pavilhão português, navegou entre novembro e dezembro de 2025 no Atlântico Sul em rota para Haifa, Israel, onde chegou no final do ano, com um carregamento de 440 toneladas de material militar, com destino às empresas israelitas Elbit Systems e IMI – Israel Military Industries.
- Tem sido referido que a permissividade portuguesa no que que respeita à entrada de cidadãos israelitas estará a permitir acolher no nosso país, responsáveis por crimes de guerra praticados na Faixa de Gaza.

Impõe-se a ação solidária com o povo palestino e a condenação de Israel pelo crime de genocídio!

Urge continuar a condenar veementemente o genocídio praticado por Israel sobre o povo palestino na Faixa de Gaza, mas também na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e nos territórios ocupados em 1948 e que hoje constituem o Estado de Israel.

Devemos exigir que o Governo Português, no respeito pelo Direito Internacional e pelas convenções e pactos que Portugal subscreveu, cesse todos os atos que possam constituir cumplicidade com o genocídio e, ao invés, tudo faça para o prevenir e levar os seus responsáveis perante a justiça.

Essencial, o envolvimento de todas as pessoas individuais e coletivas sensíveis às questões da paz, dos direitos humanos e dos direitos dos povos para que não poupem esforços na solidariedade com a causa palestina e na condenação do genocídio, do apartheid e da ocupação colonial de Israel na Palestina.

Pela realidade da Higiene Urbana!



I. Reforço da organização sindical

Nos últimos quatro meses, o STML tem-se empenhado em reorganizar e reforçar a sua estrutura sindical, nomeadamente pela eleição de delegados sindicais. Foi assim possível neste período temporal eleger em Telheiras, na Boavista, nos Olivais, no Valsassina, na Filipe da Mata, no COR e no NOR. Contudo, se o objetivo máximo é ter um delegado sindical em todas as instalações da higiene urbana por cada horário de trabalho (manhã-tarde-noite), apesar do enorme salto qualitativo alcançado num curtíssimo espaço de tempo, temos ainda algum caminho por percorrer.

Com este objetivo em mente continuaremos a trabalhar, propondo erguer uma equipa, entre dirigentes e delegados sindicais, que permita erguer um STML mais presente, mais forte e interventivo e com maior capacidade de ação e resolução que, em última análise, garanta de forma coerente e consequente a defesa dos direitos, reivindicações e expectativas dos trabalhadores da higiene urbana.

Os tempos que vivemos e as perspetivas que se assombram no horizonte imediato, em termos gerais ou mais localizados à nossa cidade, implicará inevitavelmente um Sindicato robusto profundamente enraizado no seio dos trabalhadores, numa união de força e confiança, que nos permita encarar estes desafios com determinação e muito otimismo. Trabalhemos então para alargar a nossa muralha de aço!

II. Problemas que carecem de resolução imediata

Há muito que o Sindicato alerta para a necessidade de **rever toda a rede de caldeiras** que existem pelas instalações da higiene urbana. Equipamentos instalados há demasiados anos que naturalmente se degradaram com o passar do tempo. Alertas dos trabalhadores e do seu Sindicato muitas vezes ignorados por quem tem a responsabilidade exclusiva (CML/DMHU) de garantir respostas e soluções eficazes a este nível.

Mais recentemente, os problemas com caldeiras emergiram em **Telheiras, no NOR e no COR**. Independentemente da estação do ano que atravessamos, mas sempre mais difícil nestes meses em que o frio e a chuva marcam o dia-a-dia dos trabalhadores, estejam a laborar no período diurno ou noturno, a necessidade de água quente para a higiene diária, como todos sabemos, é imprescindível! Os problemas com as caldeiras ultrapassadas na sua qualidade, eficácia e eficiência pelo desgaste do tempo, é sobejamente conhecido pelas hierarquias e poder político da autarquia.

Face aos processos de contratação em curso, o tema relacionado com as caldeiras é, e será, um problema que tenderá a agravar-se com um maior número de trabalhadores na higiene urbana, por sua vez, cada vez mais limitados em termos de espaço, face às instalações existentes neste momento, em si já sobrelotadas. Em suma, para além da necessidade de rever e renovar urgentemente todas as caldeiras com idade há muito de reforma, a CML/DMHU deve igualmente acelerar o processo com vista à renovação de instalações, como em Telheiras ou na Filipe da Mata, mas também equacionar a construção de raiz de uma-duas novas instalações.

Neste contexto, duvidamos que os milhões anunciados por Carlos Moedas em dezembro último para este setor, cheguem para o que se exige e é urgente, se de facto queremos criar condições para elevar este serviço público aos patamares de qualidade que os lisboetas exigem, só possível logicamente, se os trabalhadores forem respeitados nos seus direitos e condições de trabalho, algo que hoje está muito longe de acontecer.

Outros dos problemas que há muito marcam a Higiene Urbana, é o **estado da sua frota, entre viaturas pesadas da remoção e carrinhas de apoio à remoção**. Continuam-se a verificar avarias diárias, com destaque para o período da noite em que se faz a maior parte da remoção de resíduos, que provoca a **não** realização de circuitos, deixando as respetivas populações sem recolha de lixo.



Soma-se o desgaste e os constrangimentos no seio dos trabalhadores, muitas vezes impedidos de concluir o seu trabalho porque a viatura avariou e não há outra no momento para a substituir. Acrescem os casos em que os trabalhadores por este motivo, são redirecionados para outros circuitos que não conhecem bem, diminuindo naturalmente os níveis de produtividade. A desorganização do trabalho é também uma marca do atual serviço público municipal de higiene urbana, cuja realidade não pode em dimensão alguma ser imputada aos cantoneiros e condutores.

Quando importamos os casos de viaturas pesadas da remoção que estão para reparar há semanas e meses em oficinas externas à CML (por exemplo, o caso da viatura que espera reparação há 550 dias numa determinada oficina privada), associamos à desorganização referida, a má gestão. Somam-se os exemplos das viaturas pesadas alugadas pela autarquia em 2025, que avariaram e não são substituídas pela empresa responsável, não deixando mesmo assim esta empresa de continuar a receber os valores contratualizados com a CML.

É neste contexto que se acrescentam os problemas com os **circuitos de remoção mal desenhados**. Alguns são morosos e improdutivos, por serem demasiado longos e penosos para quem os tem que fazer, pior ainda, revelam-se nocivos para a saúde e integridade física dos cantoneiros. Mais! Pelos problemas que se vivem atualmente na frota, existem circuitos de remoção assumidos por viaturas inadequadas, quer face à tipologia geográfica por onde têm que circular, quer porque simplesmente as suas características não foram pensadas para determinados trabalhos, como o exemplo de uma viatura de recolha de vidro andar a recolher lixo normal (?). Estes problemas, entre outros, estão identificados, por exemplo, nos circuitos 107, 403, 602, 612, 702, 712, lose04, 801, 802 e 803.

III. Reunião solicitada à Direção Municipal

Foi neste cenário que o STML solicitou uma reunião à Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), procurando debater estes problemas e as respostas e soluções que se impõem, que os trabalhadores exigem 'para ontem'. Acresce a discussão sobre a proposta de *mapa de trabalho para os feriados* deste ano, já enviada pela DMHU para pronunciamento do Sindicato, onde será sublinhado a necessidade em rever igualmente a forma de encarar as eventuais tolerâncias do ponto que possam ser concedidas para o natal e passagem de ano de 2026, face às críticas que em 2025 geraram no seio dos trabalhadores.

IV. Reunião com a nova Vereadora responsável pela Higiene Urbana

No momento em que escrevemos este artigo, está agendada para 19 de janeiro uma reunião com a nova Vereadora responsável pelo serviço público municipal de Higiene Urbana. Momento que para além das habituais apresentações formais, servirá para transmitir as principais preocupações e prioridades do STML no que concerne aos direitos, reivindicações e expetativas dos trabalhadores, indissociável do objetivo último, que passa por garantir um serviço público de qualidade junto da população e da cidade de Lisboa. Dos conteúdos concretos debatidos nesta reunião, daremos conta em tempo oportuno.



**PELA REALIDADE
DO RSB...**

STML reúne com o novo Executivo da CML representado pela pessoa do seu Vice-Presidente

A 21 de novembro o STML reuniu com o novo Vice-Presidente da CML, o Vereador Gonçalo Reis. Também presente nesta reunião o responsável máximo pela Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH).

Vários assuntos foram abordados, tais como as linhas orientadoras para o Orçamento e Mapa de Pessoal de 2026. Referiu o Vice-Presidente um caminho de continuidade, face à política do anterior Executivo, que incorporou as prioridades apontadas pelos vários serviços municipais. Foram estes instrumentos aprovados a 17 de dezembro, com os votos favoráveis do PSD/CDS e do CH, sabendo que a CML terá um Orçamento na ordem dos 1.345 milhões de euros, menos 14 milhões de euros do que o Orçamento de 2025.

No âmbito desta reunião, a DMRH referiu que o universo total dos trabalhadores da CML apresenta hoje uma média etária de 50 anos de idade. Em suma, nos últimos anos, as médias etárias apresentadas pela CML rondam sempre estas idades, nomeadamente entre os 51 e os 50 anos de idade.

Acrescentou também a DMRH informações sobre os concursos externos abertos em 2025 e previstos abrir em 2026, além dos concursos internos de promoção e os de mobilidades intercarreiras e intercategorias. A título de exemplo, refere-se a abertura para breve do concurso para Guarda-Florestal, processo que há muito deveria ter sido iniciado. Para 2026, existe a expectativa de iniciar cerca de 20 concursos externos, destacando o concurso para cantoneiro de limpeza e condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, ambos para a ocupação de 100 vagas cada.

O STML referiu sobre a contratação de pessoal, a carência evidente em inúmeros serviços municipais, de áreas operacionais às áreas técnicas e mais especializadas, como no campo das engenharias, sempre deficitária.

Ao novo Vice-Presidente, o Sindicato alertou também para dois processos que interessa acompanhar e fazer respeitar, nomeadamente o *Acordo* celebrado em junho de 2023 para a Limpeza e Higiene Urbana, onde ainda existem vários pontos por cumprir, seja nos prazos de resolução há muito ultrapassados, seja nos seus conteúdos, e o ACEP celebrado em julho de 2025, com várias matérias a exigir esclarecimentos processuais e informações junto dos serviços e dos próprios trabalhadores para que se cumpram efetivamente. Assuntos que, nesta fase, o responsável pela autarquia admitiu ir conhecer para acompanhar com mais atenção.

STML reúne com o novo Vereador da Proteção e Segurança

O STML reuniu a 12 de dezembro com o novo Vereador Rui Cordeiro responsável pelo Pelouro da Proteção e Segurança, que incluiu as áreas da Proteção Civil, Polícia Municipal e Bombeiros. O propósito desta reunião, passou por discutir questões fundamentais relacionadas com a atividade, condições de trabalho e valorização profissional dos Sapadores Bombeiros de Lisboa. Neste sentido, foram apresentadas as seguintes matérias:

- Condições de segurança e saúde no trabalho;
- Organização dos serviços e escalas de prevenção;
- Meios humanos e materiais disponíveis;
- Valorização, promoção na carreira e reconhecimento profissional.

O STML sublinhou ainda a necessidade urgente de soluções concretas e calendarizadas, que protejam a dignidade profissional dos bombeiros e garantam a qualidade do serviço prestado à população de Lisboa.

Em termos mais concretos, foram abordados os processos sobre,

- Fardamentos: a previsão de chegada dos fatos de chuva e dos casacos de abafo é apenas para fevereiro, o que representa um atraso inaceitável.
- Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e capacetes: não foi apresentada informação clara nem prazos definidos, situação totalmente inaceitável, pois estes equipamentos são essenciais à segurança dos bombeiros.
- Viaturas: a frota continua envelhecida e sem manutenção adequada. Exige-se um planeamento urgente para a substituição dos veículos, alertando que a situação compromete o socorro e coloca em risco a segurança dos bombeiros e da população.
- Quartéis: a obra do Quartel de Chelas e de outros quartéis permanece parada. Exige-se a definição de prazos concretos e compromissos reais para todas as intervenções necessárias.
- Futuro Quartel de Benfica: apesar da identificação do terreno, não existe calendário definido, o que é insuficiente para atender à urgência do problema.
- Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB): foi assumido o compromisso de visita ao espólio, exigindo-se soluções rápidas para dignificar a história e memória da profissão.



Um mundo de problemas afeta os trabalhadores (civis) afetos à Polícia Municipal...

Há vários meses a esta parte que o STML tem exigido respostas a vários problemas que afetam os trabalhadores (civis) que laboram na Polícia Municipal (PM), quer junto do respetivo Comandante, mas também perante a Direção Municipal, dos Recursos Humanos (DMRH). Contudo, até agora parece não existir muita vontade em normalizar um ambiente que dia após dia se torna mais pesado. Sintetizamos algumas matérias.

Em termos de fardamento (secção transportes) – Os trabalhadores receberam 1 casaco, 1 par de calças e 1 polo. Não têm peças de substituição para poderem lavar a farda diária. Receberam umas botas com características não adequadas às funções e de muito má qualidade. Acresce que os restantes trabalhadores civis não têm qualquer tipo de fardamento, como os fiscais municipais.

O STML defende que estes equipamentos (fardamento e EPIs) devem ser identificados/selecionados pela área da Saúde e Segurança no Trabalho. Lembrando que o vestuário de trabalho e os EPIs assumem um papel importante na proteção do trabalhador, preservação da sua integridade física e saúde em função das condições de trabalho. Essencial deste modo, na prevenção dos acidentes de trabalho.

No plano das instalações, estão por realizar obras de recuperação/beneficiação nas instalações da PM, incluindo as cavalariças em Monsanto. Os balneários, vestiários e instalações sanitárias apresentam-se degradadas e não adaptadas tendo em conta o número de trabalhadores que os utilizam em simultâneo.

Em termos da aplicação do SIADAP, não são cumpridos os prazos. Os trabalhadores continuam sem possibilidade

de utilizar o Portal dos RH (mygiaf) para as questões do SIADAP, o que origina a digitalização e posterior envio por email das fichas individuais de avaliação comprometendo o sigilo, uma vez que estas são digitalizadas e enviadas por AT do NEPC.

Sobre o respeito pelo ACEP, não está a ser atribuído o descanso compensatório (folga) por trabalho em dia feriado. Também não está a ser pago a alguns trabalhadores o acréscimo de 50% por trabalho em dia feriado (fazem banco horas por imposição da chefia). Não está a ser facultado transporte/ou pagamento aos trabalhadores em dia descanso semanal (p. ex. Feira do relógio aos domingos) e feriado.

Numa matéria essencial, delimitada por lei, como a **alteração dos horários de trabalho**, observam-se práticas ilegais, como avisar na 4ª feira para começar novos horários na 2ª feira ou não consultar previamente as estruturas representativas dos trabalhadores.

Na organização do trabalho suplementar, só fazem horas extraordinárias quem o chefe entende. Acresce neste ambiente, a **intimidação aos trabalhadores**, com ações físicas e verbais das chefias que mais parecem relembrar o tempo da “velha senhora”. As ameaças são recorrentes, como a mudança forçada de funções, de local ou de horário de trabalho. Nos últimos meses, as ameaças ganharam contornos concretos, com a sua aplicação real.

Motivos mais do que suficientes para que o STML tenha solicitado uma reunião com o Comandante da PM. **Em termos mais amplos, faltarão questionar os responsáveis máximos da CML, que tanto falam da Polícia Municipal, mas que esquecem sucessivamente do ‘pessoal civil’, se é este tipo de ambiente laboral que defendem para os seus trabalhadores?**

→ Regulamento Interno: prometido apenas para o próximo ano, reforçou-se a necessidade de um documento que defina claramente as regras que todos os trabalhadores e a entidade empregadora devem cumprir.

→ Promoções e quadro de chefias: foi alertado para o envelhecimento das chefias e a necessidade de rejuvenescer o quadro. É fundamental que os trabalhadores com capacidade comprovada sejam promovidos o mais cedo possível, garantindo que possam ocupar os postos cimeiros, contribuindo assim com o seu conhecimento durante mais anos.

→ ACEP: o acordo não está a ser cumprido integralmente nem de forma uniforme em todos os quartéis, especialmente quanto aos dois dias de férias suplementares e ao dia de aniversário. Solicitou-se que os pontos do ACEP aplicáveis aos bombeiros sejam publicados em Ordem de Serviço.

→ Promoções: manifestou-se indignação pelo tempo excessivo dos concursos, atualmente quatro vezes mais longo do que o razoável. Exigiu-se que as vagas nos quadros sejam preenchidas de forma a assegurar o cumprimento das funções de cada posto.



Trabalhadores chumbam a proposta do Governo para a Lei do Orçamento do Estado

A 27 de novembro, data em que se votou a proposta do Governo para a Lei do Orçamento do Estado para 2026 (LOE/26), centenas de trabalhadores da Administração Pública, entre dirigentes, delegados e ativistas dos sindicatos da administração pública organizados na Frente Comum, entre os quais o STML, concentraram-se junto à Assembleia da República em protesto contra a política que, para além de não responder às reivindicações dos trabalhadores, aprofunda a degradação das suas condições de vida.

Num quadro em que o País (segundo o INE), registou um excedente orçamental de mais de 6.300 milhões de euros até setembro (+611 M€ face ao período homólogo), com destaque para as receitas do IVA (+8,7%) e do IRS (+7,1%), o ano de 2026 será mais um em que o poder de compra dos trabalhadores, particularmente os da Administração Local, em que os salários são mais baixos, se degradará significativamente.

O Governo PSD-CDS, com os “bolsos cheios”, face à receita fiscal que superou os 48 mil milhões de euros até setembro (+5,8%), respondeu às dificuldades dos trabalhadores com uma atualização salarial de apenas 2,15%, valor muito aquém do necessário para repor o poder de compra perdido desde 2009, e que de maneira alguma não corresponde ao enorme agravamento do custo de vida.

No “tribunal popular” teatralizado nesta ação em frente ao Parlamento, a LOE/2026 e o Governo que o propôs, foram condenados pelo “coletivo de juizes” – trabalhadores, delegados, dirigentes e ativistas sindicais –, que decidiram soberanamente que “o Governo que pariu o documento está demitido e o documento revogado!”

No fim desta iniciativa de protesto, houve lugar a uma votação simbólica da proposta do Governo para a LOE/2026, por sua vez chumbada unanimemente por todos os presentes, que não deixaram igualmente de **reafirmar a luta como único caminho para derrotar quem não teima em diminuir direitos e rendimentos, assumindo-se como passo seguinte a construção e mobilização para a Greve GERAL de 11 de dezembro.**



Do setor privado ao setor público, a adesão à Greve Geral dos trabalhadores de norte a sul do país, foi indelével!

Vergonhoso neste contexto, as declarações dos membros do Governo em a considerar “inexpressiva”. Sendo certo que este Governo há muito perdeu a sua credibilidade. A título de exemplo, as declarações a 6 de dezembro do 1º Ministro em que anunciou pretender aumentar o salário mínimo nacional para 1.600€ e o salário médio para 2.500€ a 3.000€. Propostas que, para além de serem desonestas pelo momento em que foram proferidas, foram desmentidas pelo Ministro das Finanças a 13 de dezembro. Não esqueçamos também, como outro exemplo, que é este mesmo Governo que considera 2.300€ o valor de uma “renda moderada”. Em suma, é neste quadro que se critica a política do “vale tudo”, onde a mentira se impõe quase naturalmente à verdade nas palavras e ações dos nossos atuais (des)governantes.

A Greve Geral foi de facto uma resposta poderosa dos trabalhadores e sobre isso não há qualquer dúvida. Em Lisboa, realidade que o STML acompanha, valorizamos os trabalhadores da cidade, entre Câmara, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, que com consciência, coragem e muita dignidade assumiram a defesa dos seus direitos e das suas condições de vida. Neste sentido, voltamos a sublinhar os setores de atividade em que os respetivos trabalhadores **souberam demonstrar expressivamente a sua força** e, acima de tudo, a sua importância essencial e determinante para o funcionamento da cidade.

Nas **Câmara Municipal de Lisboa**, a Greve Geral iniciou-se na noite de 4ªfeira, dia 10 de dezembro, na Limpeza e Higiene Urbana, com uma adesão de 90% na Garagem dos Olivais (NOR) e 79,5% no Centro Operacional de Remoção (COR). Nas Unidades de Higiene Urbana (UHU), a adesão foi idêntica no período noturno. No dia 11, com os trabalhadores do período diurno, a adesão manteve-se em patamares idênticos no período da manhã, com 90,4% no NOR e 70% no COR, ou 78% no período da tarde. Nas UHU, também a resposta dos trabalhadores foi imensa, com adesões durante o dia de 93% na Filipe da Mata, de 63%

Uma resposta inequívoca em todo o país que envolveu mais de 3 milhões de trabalhadores!



(manhã) e 75% (tarde) no Restelo ou de 83% em Telheiras.

No DIP e no DIEM, a adesão nos turnos da manhã situou-se nos 80% e 71% respetivamente. Nos Jardins e Espaços Verdes, a adesão aproximou-se dos 80%. No Regimento de Sapadores Bombeiros, os níveis de adesão chegam aos 97%. Destacou-se o encerramento das Bibliotecas de Belém, Orlando Ribeiro, Alcântara, Penha de França, Itinerante e Livraria Lisboa Cultura. Também encerrados, o Polo Cultural das Gaivotas, o Arquivo Fotográfico e a Videoteca, além do encerramento no período da tarde do Arquivo Histórico e da Biblioteca Palácio Galveias.

Na **EGEAC**, os efeitos da Greve Geral foram avassaladores. Encerraram o Castelo de São Jorge, o Padrão dos Descobrimentos, o Teatro do Bairro Alto, o LUCA, o Cinema São Jorge, as cinco Galerias Municipais, o Museu do Aljube, o Teatro Romano, o Pavilhão Julião Sarmento, o Palácio Pimenta, a Casa Fernando Pessoa, o Museu Bordalo Pinheiro, o Museu do Fado, o Atelier Júlio Pomar, o Museu da Marioneta, o Serviço de Conservação de Azulejos ou a Casa dos Bicos. No Teatro São Luiz, Capitólio e Teatro Variedades, foram anulados os espetáculos previstos para este dia.

Nas **Juntas de Freguesia**, principalmente na Limpeza e Higiene Urbana, observaram-se adesões em Benfica de 75% no período noturno e de 83% no período diurno. Em Arroios, de 100% no período noturno e de 87% no período diurno. Em Belém, de 93% e na Ajuda de 87%. Em Carnide e nos Olivais, com instalações encerradas e adesões na ordem dos 90%. Cerca de 60% em Marvila e Alvalade, ou de 70% na Penha de França e em Santa Maria Maior.

A 11 de dezembro, os trabalhadores em Lisboa, como no resto do país, deixaram bem vincado o seu repúdio às intenções do Governo. A Greve Geral expressou de forma bem evidente que a larga maioria dos trabalhadores não aceita esta política, em particular uma revisão da legislação laboral de natureza e objetivos miseráveis! Contra a o retrocesso civilizacional, a luta irá inevitavelmente continuar.

A 13 de Janeiro, a CGTP-IN entregou ao 1.º Ministro o abaixo-assinado contra o pacote laboral com milhares de assinaturas.

A CGTP-IN convocou uma manifestação propondo a entrega ao Governo do abaixo-assinado contra o pacote laboral. Ao 1º Ministro foram entregues **mais de 192 mil assinaturas** recolhidas nos locais de trabalho do setor público ao privado. Este abaixo-assinado, lançado a 1 de Outubro, data do aniversário da nossa Central Sindical, exige igualmente respostas a um conjunto de outras reivindicações, como a revogação das normas gravosas que a lei já hoje contém, o aumento geral e significativo dos salários, a defesa de melhores condições de trabalho e a defesa e reforço dos serviços públicos, também das funções sociais do Estado. Não esquece, em particular, as respostas urgentes aos problemas e reivindicações dos trabalhadores da administração pública. Depois da expressiva Greve Geral de 11 de dezembro, este foi mais um momento de luta de extraordinária importância, materializando uma resposta muito clara de todos trabalhadores na rejeição ao pacote laboral.

Uma luta que urge continuar a travar, rejeitando a política de direita ao serviço dos grupos económicos e financeiros que ataca salários, direitos e os serviços públicos, protagonizada pelo governo do PSD/DCS e apoiada pelo CH e IL. Os trabalhadores não aceitam a política de retrocesso e exigem um outro rumo que garanta uma vida digna para todos os que trabalham e trabalharam, tendo por base os direitos de Abril, exigindo respeito e a aplicação plena da Constituição da República Portuguesa.



Qual o futuro para o Arquivo Municipal de Lisboa?

Há vários anos que se exige a construção ou reabilitação de um edifício que permita albergar condignamente o Arquivo Municipal nas suas várias valências, isto é, o Arquivo Geral, o Arquivo Histórico, o Arquivo Fotográfico e a Videoteca, sem esquecer neste propósito também a Hemeroteca.

No anterior mandato autárquico, o Executivo avançou com um conjunto de promessas, chegando ao ponto de erguer projetos, estudos e propostas que no essencial não passaram disso mesmo. Em suma, esvoaçaram mais quatro anos sem se vislumbrar uma solução séria, visível e consequente para um problema que faz da nossa cidade um caso negativo e único se tivermos como referência as principais capitais da Europa.

Com a entrada em funções de um novo Executivo, o STML voltará a exigir respostas para uma reivindicação que há muito extravasou os trabalhadores da autarquia afetos a estes serviços municipais. A exigência por um edifício único e digno para acomodar o Arquivo Municipal, é abraçada pela cidade e pela sua população, como garante imprescindível da sua História, da sua Identidade e da Democracia, não só virada para o passado e presente, mas também projetada para o futuro.

É com base nestes propósitos, que o STML irá solicitar uma reunião ao Vereador da Cultura Diogo Moura. Paralelamente, iremos reavaliar os passos necessários a desenvolver num processo que não dispensará a participação dos trabalhadores, e dos lisboetas em termos mais amplos, na defesa de um edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa.

Sobre a pretensa obrigatoriedade na utilização da assinatura digital individual pelos trabalhadores no âmbito do novo Sistema de Gestão Documental

No âmbito do novo *Sistema de Gestão Documental – LisboaDoc*, que se encontra neste momento em implantação, na sua fase de formação dos futuros utilizadores, o Sindicato foi alertado por vários trabalhadores sobre a orientação dos serviços em impor a obrigatoriedade de utilização da sua assinatura digital individual (chave digital e respetivo PIN).

Após análise detalhada desta orientação pelo Gabinete Jurídico do STML, a CML foi informada a 19 de dezembro de que:

1. A utilização da assinatura digital pessoal do Cartão de Cidadão para atos profissionais acarreta riscos e inconvenientes para o trabalhador, nomeadamente:
 - Confusão entre atos pessoais e profissionais, com potenciais consequências jurídicas e disciplinares;
 - Exposição indevida de dados pessoais e do PIN, que é estritamente pessoal e intransmissível;
 - Dificuldade em separar responsabilidades pessoais e profissionais, especialmente após a cessação do vínculo laboral;
 - Potencial violação do princípio da minimização e limitação de finalidades do tratamento de dados pessoais, consagrado no RGPD e na legislação nacional.
2. Neste contexto, o STML propôs que a CML disponibilize aos seus trabalhadores uma ferramenta de assinatura digital profissional, distinta da assinatura pessoal, que permita a identificação do trabalhador enquanto representante da entidade empregadora, garantindo a separação entre a esfera pessoal e profissional e respeitando as garantias de segurança e proteção de dados pessoais.
3. Tal solução pode ser implementada através de certificados digitais profissionais ou do SCAP, mediante validação da qualidade profissional pelo empregador e consentimento do trabalhador.

Em suma, **não pode o trabalhador ser obrigado a utilizar a sua assinatura digital pessoal do Cartão de Cidadão para efeitos profissionais**, devendo a entidade empregadora assegurar meios próprios e adequados para a assinatura digital de atos profissionais, em respeito pela legislação aplicável e pela proteção dos direitos fundamentais do trabalhador.

Caso esta situação persista, os trabalhadores, para além de recusarem esta orientação no imediato, deverão contactar o STML pelos canais habituais.



O ano de 2026 começou mal para o povo português, em especial para os reformados.

A vida está mais cara e mais difícil, com novos aumentos de preços de bens e serviços essenciais como o peixe e a carne (mais 7%), nas portagens, correios, seguros, telecomunicações, rendas e transportes. Aumentos que acrescem aos dos anos anteriores e que obrigam a maiores despesas que consomem a maioria das pensões que já só dão para comprar o exclusivamente necessário. São dificuldades acrescidas para quem trabalhou uma vida inteira.

Nos últimos quatro anos os preços subiram muito acima da inflação com as pensões a ficarem muito aquém do necessário. O poder de compra vai-se assim degradando, tornando a vida dos pensionistas cada vez mais difícil. Todos os dias a vida demonstra que a atualização das pensões é uma urgência nacional!

O Governo faz uma grande propaganda com a baixa do IRS, mas isso pouco diz à maioria dos reformados, com pensões baixas. O que é importante é o aumento real das pensões e o tabelamento dos preços.

Os grandes grupos da distribuição fazem o que querem e aumentam os preços quando lhes apetece. É necessário e é possível regular os preços da alimentação, tal como se faz com a energia e os medicamentos. Na habitação, os aumentos das rendas dos últimos quatro anos foram de 34%. Em muitos casos, se não fossem os pais, muitos deles reformados, os filhos não conseguiam pagar a renda.

São muitos os “formatadores de opinião” que nos entram casa-a-dentro, através dos vários canais de televisão, que nos dizem que não há alternativa à situação atual, argumentando com as leis do mercado, com a lei da oferta e

da procura, com os poucos recursos do país. Naturalmente, nada dizem sobre os 30 milhões de lucros diários que as grandes empresas tiveram em 2025. O problema de Portugal não é a falta de liquidez como facilmente se percebe. As respostas aos problemas dos reformados e aposentados, só não são possíveis, simplesmente porque o Governo não tem vontade política nesse sentido.

Neste cenário, como a História sempre nos demonstrou, só há um caminho possível: a unidade e a luta de quem trabalha e de quem trabalhou.

A Portaria nº 358/2024/1, de 30 de Dezembro, tendo em conta o indicador da esperança média de vida aos 65 anos publicada pelo INE entre 2023 e 2024, fixou a idade normal de acesso à pensão de velhice para 2026, em 66 anos e 9 meses, o que corresponde a um aumento de dois meses relativamente à idade fixada para 2025. A mesma Portaria fixa também, com base nos mesmos dados, o fator de sustentabilidade a aplicar às pensões de velhice iniciadas em 2025 em 0,8307, implicando uma redução de 16,9% no valor das pensões, quando aplicável, o que representa um corte superior em cerca de 1 ponto ao aplicado em 2024 (15,8%). Neste quadro, a CGTP-IN continua a defender a fixação da idade de acesso à pensão de velhice nos 65 anos, de modo a que se regresse à total previsibilidade da idade da reforma, bem como a eliminação do fator de sustentabilidade em todas as situações em que continua a ser aplicável.



A 22 de dezembro, o STML reuniu com o Conselho de Administração (CA) para apresentar a **proposta de aumento salarial para 2026**, sufragada pela larga maioria dos trabalhadores auscultados em novembro.

A proposta tem como ponto de partida um aumento salarial de 15%, com um mínimo de 150€ por trabalhador, e será agora avaliada pela Administração. Considerando a constituição de um novo CA durante o mês de janeiro, ficou acordado que a próxima reunião negocial terá lugar em fevereiro, com a data a definir em pormenor com a futura Administração.

Outros assuntos foram debatidos nesta reunião, como a **tolerância do ponto de 31 de dezembro**, assumindo o CA, pela primeira vez, encerrar todos os equipamentos da empresa, incluindo o Castelo de São Jorge. Decisão que o STML muito valorizou. Contudo, nunca será demais relembrar o enquadramento e o histórico deste assunto. Assim,

- O Acordo de Empresa (AE) estabelece, no nº3 da sua Cláusula 39ª, a tolerância de ponto no período da tarde de 31 de dezembro. Ao longo dos últimos anos, as sucessivas administrações têm concedido também a tolerância no período da manhã.
- A única exceção tem envolvido, injustamente, os trabalhadores do Castelo de São Jorge. Aliás, no último ano e meio, o STML alertou a Administração para a necessidade de corrigir esta discriminação, ao que o CA sempre argumentou a receita arrecadada nesta manhã, na ordem dos 20 mil euros, para não o fazer.
- Perante a persistência desta injustiça, no plenário realizado com os trabalhadores a 24 de novembro, o STML decidiu avançar com um pré-aviso de greve para o período da manhã do último dia do ano.
- Acresce a 16 de dezembro, o facto de várias direções de outros equipamentos terem comunicado aos seus trabalhadores que também estariam abertos na manhã de 31 de dezembro.
- A 19 de dezembro, em conversa com a Administração, o STML alertou para este retrocesso e informou o Presidente do CA da intenção de alargar o referido pré-aviso de greve a todos os trabalhadores da EGEAC.
- A 20 de dezembro, o CA reconsiderou a sua posição e decidiu o encerramento de todos os equipamentos, concedendo a tolerância do ponto na manhã de 31 de dezembro a todos os trabalhadores, incluindo os do Castelo de São Jorge.
- Uma decisão enaltecida pelo STML na reunião de 22 de dezembro, sublinhando a importância de a manter para os anos seguintes.

Reposicionamentos Salariais

Há muito que o STML exige uma política de contratação diferente, que emende as disparidades criadas ao longo dos anos, com a entrada de trabalhadores para a mesma categoria profissional em níveis salariais iniciais distintos, gerando e perpetuando várias injustiças.

Este tema voltou a ser levantado pelo Sindicato na sequência do anúncio público da contratação, para o Museu do Fado, de um/a trabalhador/a para a categoria de Assistente de Bilheteira, com entrada no nível 5.1 da Tabela Salarial da empresa. Importa salientar que praticamente todos os trabalhadores da EGEAC nesta categoria entraram por níveis inferiores ao 5.1., e muitos ainda se encontram abaixo desse nível.

Neste sentido, o STML voltou a insistir na necessidade de um reposicionamento salarial de todos os trabalhadores, independentemente da sua categoria profissional, que vivem hoje as consequências de opções de contratação desajustadas. Este reposicionamento deve, igualmente, considerar o fator antiguidade, aspeto ignorado pelo CA aquando do reposicionamento em 2025/2026 dos trabalhadores da categoria de Técnicos de Espetáculo e Eventos.

Redefinir – Reforçar – Redimensionar os Recursos Humanos da Empresa

O STML reiterou a importância de rever a política interna de recursos humanos, dotando a Direção de Gestão de Pessoas (DGP) de uma maior e mais eficaz capacidade de resposta. O abaixo-assinado, com mais de 200 assinaturas, entregue pelo Sindicato em setembro último, teve como objetivo sensibilizar a Administração para esta necessidade. O CA reconheceu a importância de avançar com esta avaliação e com as decisões que daí resultem, referindo que esta matéria deverá ser acompanhada pela futura Administração.

PROCESSOS REIVINDICATIVOS EM CURSO NA EGEAC

Nos últimos meses, o STML tem dinamizado no seio dos trabalhadores a subscrição de uma **Carta Reivindicativa sobre os serviços de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)** que envolve, entre outras dimensões, a Medicina do Trabalho. O que se procura num primeiro momento é abrir um processo de reflexão conjunto com a Administração sobre a possibilidade da EGEAC ter serviços próprios de SST. Sabemos que as opções de recorrer ao “mercado” não têm sido as melhores em termos de qualidade, fiabilidade, previsibilidade e eficácia. Em 2027, terminará o contrato celebrado em 2025 pela EGEAC com a empresa prestadora de serviços nesta dimensão. A probabilidade de a maioria dos trabalhadores não serem chamados às consultas da Medicina do Trabalho é elevada. Acresce os valores pagos, sempre mais condizentes com a vontade do referido “mercado”, do que com a salvaguarda dos direitos de quem trabalha.

Em janeiro, esperamos concluir o **Caderno Reivindicativo (CR) dos trabalhadores do Castelo de São Jorge e, numa fase posterior, o CR dos trabalhadores das Galerias Municipais**. Em ambos os casos, será pertinente avaliar previamente com os respetivos trabalhadores a sua entrega à Administração depois de formalizada definitivamente a sua nova composição.

Também em janeiro, o **STML prevê reunir com a Comissão de Trabalhadores (CT)**, onde se abordará os problemas que se vivem na empresa, além dos caminhos e estratégias comuns que contribuam para nos aproximar das respostas que os trabalhadores há muito aguardam. Seguir-se-á, ainda neste mês, **reunião com a Direção de Gestão de Pessoas (DGP)**.

Para fevereiro, para além da próxima ronda negocial sobre os aumentos salariais de 2026, o STML irá entregar ao CA um documento que sintetiza as prioridades reivindicativas dos trabalhadores para o período de 2025-2029. No essencial resumem-se os principais assuntos, transversais à empresa, aos quais se exigem respostas sérias e consequentes.



A 29 de dezembro, o STML reuniu com o CA para apresentar a **proposta de aumento salarial para 2026**, proposta por sua vez sufragada pela larga maioria dos trabalhadores auscultados no plenário geral realizado em outubro.

A proposta tem como ponto de partida um **aumento salarial de 15%, com um mínimo de 150€ por trabalhador**. A mesma será agora avaliada pela Administração, assumindo os seus responsáveis o ponto de partida definido pelo Governo para a realidade da administração pública, ou seja 56€ ou 2,15%, montantes abaixo da taxa de inflação prevista para 2026. Tendo em conta a nomeação iminente de um novo CA durante o mês de janeiro, ficou acordado que a próxima reunião negocial terá lugar em fevereiro, numa data a definir, mais concretamente, com a futura Administração.

Sistema de Avaliação de Desempenho – Entropias na sua Implementação

Sobre o ofício enviado pelo STML ao CA acerca da avaliação de desempenho, onde são identificadas as entropias sentidas neste primeiro ciclo avaliativo (2024/2025), assumiram os responsáveis máximos da empresa uma resposta formal para breve, sublinhando, porém, que “nenhum trabalhador foi ou será prejudicado”. Durante a reunião, o STML fez questão de salientar a necessidade em apurar as responsabilidades das chefias pelo incumprimento do cronograma estabelecido e, consequentemente, no atraso pelo encerramento do processo avaliativo de 2024.

Formadores Internos

Sobre a questão dos formadores internos, o Sindicato advertiu a Administração de que os trabalhadores que demonstrem competências para darem formação profissional, em ações internas ou externas, devem ser compensados financeiramente. O CA informou estar em preparação um *regulamento* sobre esta dimensão.

Passe Metropolitano

Em 2021, o STML assumiu como prioridade reivindicativa junto da CML, das empresas municipais (EGEAC-GEBALIS-S-RU) e Juntas de Freguesia, a atribuição do Passe Metropolitano aos respetivos trabalhadores. Foi neste sentido, que ao longo dos últimos quatro anos, o Sindicato lembrou por várias vezes as administrações das empresas que acompanha, das vantagens em termos dedutivos, em sede de IRC, que uma medida como esta poderia permitir. Em suma, além dos benefícios óbvios para os trabalhadores, também as próprias empresas beneficiariam com esta medida.

Nesta reunião de 29 de dezembro, o STML voltou a questionar a Administração se em 2026, este assunto estaria ou não positivamente resolvido. Nas palavras do Presidente do CA, enfatizou-se estar para breve uma decisão favorável sobre este assunto. No dia 30 de dezembro, em comunicação interna, à qual o STML teve acesso, o CA informou os seus trabalhadores de que, a partir de 2026, a empresa passará a pagar o passe Navegante Municipal (Lisboa) ou Metropolitano. O STML valoriza e enaltece a decisão da Administração, sublinhando a importância do caminho percorrido pelos trabalhadores e pelo seu Sindicato até ao desfecho pretendido.



A única empresa municipal de Lisboa que até ao momento não tem qualquer instrumento de regulação coletiva, entenda-se Acordo de Empresa (AE), apresenta também, pela prática, cultura e entendimentos assumidos pela atual Administração sobre os mais variados assuntos de pendor laboral, um atraso substancial em relação às restantes empresas da cidade sob tutela da CML. O caso mais recente, prendeu-se com a Greve Geral de 11 de dezembro, com a solicitação da Administração junto das suas Direções e Coordenações de informação nominal sobre quem iria estar a trabalhar ou não no dia da Greve Geral.

Perante esta prática, o STML fez chegar ao CA, a 10 de dezembro, uma exposição onde se critica e se relembra o enquadramento legal sobre o exercício do Direito à Greve. Afirmámos perante as orientações da Administração, que se trata de ***“uma ingerência ilegítima e injustificada”, sublinhando que a “recolha de informações relativas à intenção de adesão à greve, ou à identificação dos trabalhadores aderentes, constitui uma prática ilegal e atentatória da liberdade sindical, podendo configurar coação, prejuízo ou discriminação dos trabalhadores, o que é expressamente proibido e considerado nulo pelo artigo 540.º do Código do Trabalho.”***

Neste sentido, o Sindicato repudiou de forma expressa ***“qualquer tentativa de condicionar, limitar ou fiscalizar o exercício do direito à greve, advertindo que a recolha de tais informações é ilegal e passível de responsabilidade legal.”***

A 6 de janeiro deste ano, o Presidente do CA da SRU respondeu à exposição enviada pelo STML, afirmando que

“(…) a 5 de dezembro de 2025, solicitamos aos Diretores e Coordenadores que, caso fosse possível, informassem quais os trabalhadores que estariam a trabalhar nesse dia [11.DEZ], remota ou presencialmente. Esta comunicação visou apenas apurar quais os serviços que seriam afetados de forma a organizar/preparar a nossa capacidade de resposta e fornecimento de meios para dar seguimento aos trabalhos em curso.”

Ora, nesta missiva o responsável máximo da SRU admitiu de forma clara ter desrespeitado a lei sobre o exercício do direito à greve. Sabendo que a ignorância ou o desconhecimento não serve de argumento aos olhos da lei para justificar ou defender o seu não cumprimento, o Sindicato irá agora denunciar esta prática junto das entidades competentes.



Perante a queixa realizada pelo STML junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) sobre a utilização de câmaras de videovigilância para controlo da atividade dos trabalhadores, foi realizada uma ação inspetiva desta entidade junto das instalações da empresa, que serviu para fiscalizar e controlar a utilização dos meios referidos, bem como os seus propósitos e natureza. Na comunicação enviada ao STML, a 4 de dezembro, concluiu a ACT que ***“não se verificou a existência de infração laboral ou violação dos direitos dos trabalhadores no que respeita à utilização do sistema de videovigilância.”***

Independentemente do conteúdo da resposta da ACT, a sua ação inspetiva foi importante para demonstrar à Administração que não pode decidir determinadas matérias sem conhecer e respeitar o enquadramento legal sobre as mesmas, deixando vincado os limites legais das suas intervenções e orientações. Sabendo agora para que podem servir, exclusivamente, as câmaras de videovigilância instaladas, esperamos que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados plenamente.

Por outro lado, o STML irá solicitar nova reunião ao CA procurando retomar o processo negocial sobre a celebração de um AE, num processo suspenso incompreensivelmente há demasiado tempo por iniciativa dos responsáveis da empresa.

BELÉM

A 24 de novembro reuniu-se com o novo Presidente. Sobre a celebração de um ACEP, ficou em aberto a possibilidade da sua negociação, procurando assim, garantir a institucionalização de vários direitos, incluindo o pagamento dos suplementos de carácter permanente em doze meses, além da majoração de mais 3 dias de férias via SIADAP, ou a atribuição do descanso compensatório pelo trabalho em dia-feriado. O STML questionou ainda a limitação do exercício dos direitos sindicais, nomeadamente os que envolve a participação dos trabalhadores nas reuniões promovidas pelo Sindicato, considerando que nestes dias, os encarregados impõem a proibição na realização de trabalho suplementar. O Executivo afirmou desconhecer a prática imposta pelos encarregados. Sobre as condições de trabalho, assumiu o responsável da Junta que irá avaliar a troca de armários, mesas e cadeiras que se encontram em mau estado. O STML lembrou ainda, a necessidade de aquisição de calçado de segurança com mais qualidade, além da colocação de um sistema de aquecimento nos balneários e reparação dos secadores de toalhas. Referiu-se por último, a necessidade de implementar um sistema de abertura da porta de entrada/receção, que permita a entrada dos trabalhadores por este local. O Presidente da Junta informou que está prevista a aquisição de meios mecânicos, inclusive varredouras.

AJUDA

A 28 de novembro reuniu-se com o Executivo, representado pelo seu Presidente. Sobre a celebração de um novo ACEP, o executivo demonstrou disponibilidade para dar início ao processo negocial. Por outro lado, o STML questionou o Presidente da Junta sobre a não renovação de contratos de trabalho precários. Este informou que os contratos de avença não serão renovados pelo término de projetos em várias áreas. Na Higiene Urbana, onde existe um elevado número de trabalhadores, argumentou-se a não renovação de verbas por parte da CML no que se refere à limpeza dos ecopontos. Quanto aos trabalhadores com vínculos precários dos CAF's, irão continuar nesta situação também por falta de clarificação na delegação de competências e falta de verbas para contratação. O STML criticou duramente os argumentos apresentados para legitimar e normalizar uma realidade a todos os níveis insustentável. Seja por parte da CML, ou de qualquer Junta de Freguesia, a precaridade, entenda-se ocupação de postos de trabalho permanentes por vínculos inadequados, desrespeita os direitos dos trabalhadores, condenando-os a uma insegurança e instabilidade permanentes. Não esquecemos que esta realidade não é uma inevitabilidade, muito pelo contrário. Muitos foram os organismos públicos que regularizaram estas situações, com a integração nos 'seus quadros' dos trabalhadores com vínculos precários. Num outro tópico, o Executivo afirmou ter terminado o processo da avaliação do biénio 2023/2024, com as decorrentes

alterações de posição remuneratória. Neste sentido, foi entregue aos trabalhadores a informação contendo o histórico das avaliações, assim como o número de pontos que os mesmos detêm. Em termos conclusivos, o STML irá agora aguardar por uma nova reunião, no intuito de iniciar e concluir positivamente o processo negocial para um novo ACEP.

AREIRO

A 17 de dezembro reuniu-se com o Executivo, representado pelo seu Presidente. Após a assinatura do ACEP (2025), a Junta passou a pagar o SIP no período de férias. No entanto, ficou de avaliar o pagamento de retroativos a 2021. Contudo, o Presidente da Junta afirmou que face a um parecer jurídico solicitado, não será possível proceder ao pagamento dos retroativos. Porém, o STML comprometeu-se em enviar um parecer jurídico que contraria a posição da Junta e permite legalmente enquadrar a retroatividade neste assunto. Por outro lado, o Presidente da Junta informou que tencionam abrir vários concursos de ingresso para integração dos trabalhadores com vínculo precário. Relativamente a obras necessárias no edificado do Posto de Limpeza, informou o Executivo que foi extinto o anterior Contrato de Delegação de Competência (CDC) com a CML e que aguardam, da autarquia de Lisboa, as plantas das infraestruturas e a assinatura de novo CDC para avançarem com as obras de requalificação necessárias. Por outro lado, a Junta está a preparar o procedimento para aquisição de fardamento, tentando manter a qualidade do atual. Também está prevista a aquisição de meios mecânicos, inclusive varredouras. Foi ainda referido ter terminado o processo da avaliação relativo ao biénio 2023/2024, com as decorrentes alterações de posição remuneratória. Está a ser finalizada o processo de 2025. Por último, a Junta assumiu que durante o mandato irá criar condições para internalizar parcialmente a gestão dos espaços verdes e espaço público, assumindo com meios próprios, a gestão de parte destes serviços. O STML saudou esta opção e sublinhou a sua na prestação de melhores serviços públicos para a população do Areeiro.

ALVALADE

A 18 de dezembro, reuniu-se com o Executivo. A Junta informou ter neste momento um concurso externo aberto, com 18 candidatos, para admissão de 10 trabalhadores na categoria de cantoneiro, com a perspetiva da sua entrada efetiva em janeiro. Espera-se que alguns dos 8 trabalhadores da higiene urbana, atualmente com contrato de prestação de serviços (recibos-verdes), sejam integrados no Mapa de Pessoal, sendo para isso necessário que ultrapassem positivamente todas as fases normais do referido concurso. O STML alertou para a necessidade de simplificar os testes psicotécnicos. O Vogal admitiu tratar-se por vezes de um problema, ficando de avaliar com a empresa que a Junta contratou para realizar estes testes, se há ou não, possibi-

lidade de os simplificar. Numa outra dimensão, considerando a instalação de um contentor nas instalações das Murtas para albergar os balneários das mulheres-trabalhadoras, o STML questionou o carácter mais ou menos provisório desta solução, além de alertar para a necessidade futura de garantir capacidade de resposta à entrada de novos trabalhadores. A Junta admitiu ser um tema de reflexão, que poderá revelar contornos mais concretos ao longo do mandato, mas no plano imediato, manter-se-ão as atuais condições. Por outro lado, o Sindicato referiu a necessidade de reorganizar a zona dos molhados, principalmente dos EPIs relativos às mulheres trabalhadoras, além dos cacifos que devem estar no contentor onde as trabalhadoras mudam de roupa, assuntos que serão avaliados pelo Executivo no sentido de os melhorar. Por fim, colocou-se à consideração do Executivo a possibilidade de adquirirem uma máquina de vending (café e outros produtos) para as instalações das Murtas, assunto que a Junta admitiu avaliar positivamente. Comunicaram ainda a aquisição de uma nova carrinha de caixa aberta (em 2025), tendo sido já aprovado a renovação do contrato que envolve uma varredora de grande porte e uma varredora mais pequena. Neste 1º semestre, a Junta irá avaliar a possibilidade, em termos financeiros, de poder ou não adquirir definitivamente estes dois meios mecânicos. Por outro lado, o STML sublinhou a importância de a Junta refletir e avaliar a possibilidade de internalizar a gestão dos Jardins e Espaços Verdes, ou seja, assumir diretamente, com meios próprios, a sua gestão direta. A Junta assumiu poder iniciar esta reflexão, admitindo uma mudança a longo prazo. Por último, o STML procurou sensibilizar para a necessidade de se criarem condições que permitam a dispensa e participação das mulheres trabalhadoras na iniciativa sobre o Dia Internacional da Mulher. O Vogal Paulo Moura tomou boa nota destas preocupações e irá estudar a melhor forma de concretizar este objetivo.

CARNIDE

A 6 de janeiro reuniu-se com a nova Presidente. Em 2024, através da celebração de um novo ACEP, a Junta assumiu o pagamento do SIP em período de férias. O Sindicato propôs depois que pudessem avaliar a retroatividade a janeiro de 2021. Foi esta proposta que relembramos à nova responsável de Carnide. Esperamos que na próxima reunião, este assunto seja resolvido de acordo com as expectativas dos trabalhadores. Por outro lado, na Higiene Urbana existem atualmente 7 trabalhadores a recibos-verdes, realidade que a Presidente da Junta assumiu pretender resolver este ano. Aliás, sublinhou a prática, já antiga nesta Freguesia, de integrar no Mapa de Pessoal todos os trabalhadores enquadrados por contratos de trabalho precários. Numa outra dimensão, o STML enfatizou as más condições existentes no PL situado na Sede da Junta e no PL do Centro Histórico, razões que no entender do Sindicato deverão motivar uma reflexão profunda por parte do novo Exe-

cutivo, avaliando soluções que respeitem os direitos dos respetivos trabalhadores. Não se descarta nesta temática, serem as obras estruturais, ou a construção de novas instalações, responsabilidade exclusiva da CML. Contudo, não se pode esperar eternamente por respostas. O STML solicitou ainda um ponto de situação sobre os processos de avaliação de desempenho, tendo afirmado a Presidente estarem concluídos o ciclo de 2023/2024 e prestes a terminar o de 2025. Por fim, considerando estarmos perante uma autarca com novas responsabilidades políticas, o STML deixou alguns assuntos para conhecimento e avaliação, na expectativa de obter respostas concretas numa próxima reunião que deverá ter lugar ainda neste 1º semestre. Assim, abordou-se o tema da organização do trabalho, no que concerne à realização de trabalho suplementar; sobre a necessidade de rever o número de unidades associados aos EPIs; o pagamento de horas noturnas no trabalho suplementar associado à Feira da Luz; ou a possibilidade na atribuição do Passe Metropolitano aos trabalhadores.

LUMIAR

A 7 de janeiro reuniu-se com o Executivo, representado pelo Presidente. O STML questionou sobre os contratos de trabalho precários nos vários setores de atividade. Na área da HU, o Executivo argumentou a não abertura de concurso com a incerteza sobre a retirada de verbas por parte da CML no que se refere à limpeza dos ecopontos. Quanto aos trabalhadores dos CAF' e AAFA'S, irão continuar nesta situação, também por falta de clarificação na delegação de competências. Sobre esta última realidade, o STML considera muito negativo o facto de dezenas de trabalhadores continuarem com o seu futuro incerto. A responsabilidade pela resolução deste grave problema, seja da CML ou da Junta de Freguesia, não deve ser ignorada e as entidades públicas da cidade devem unir esforços no sentido de erradicar a precaridade. Sobre o PL do Lumiar, o STML questionou sobre as obras, tendo o Executivo informado que está finalizada a intervenção nas antigas instalações da "Melvar", o que permitirá instalar temporariamente os trabalhadores e avançar com as obras necessárias no PL. Sobre o PL de Telheiras, referiu-se o escoamento deficitário nos balneários; a falta de condições na zona dos molhados, entre outros problemas. Questionou-se ainda a colocação de trabalhadores da CML neste local partilhando instalações. O Executivo expressou que os problemas já foram comunicados à CML, aguardando-se agora a sua resolução. O STML alertou para as deficiências de funcionamento, ou falta de variados equipamentos e ferramentas, nomeadamente de uma varredora mecânica, carrinhos de varredura, sopradores, vassouras metálicas, pás de varredura, etc. O Executivo afirmou que está a investir nos meios mecânicos e nos equipamentos de trabalho. Quanto a fardamento e EPI's, o Executivo irá proceder este ano à entrega de novo fardamento, continuando assim a renovação de 2 em



2 anos. Por fim, foi referido estar concluído o processo da avaliação do biénio 2023/2024, com as decorrentes alterações de posição remuneratória.

ARROIOS

A 8 de janeiro reuniu-se com o Executivo, representado pelo seu Presidente. Sendo a 1ª reunião com o novo Executivo, o STML expôs os vários problemas e reivindicações dos trabalhadores que ainda aguardam por solução. Neste sentido, afirmou-se a necessidade de dotar todos os serviços dos meios humanos necessários, eliminando todas as formas de precariedade. Importante também privilegiar os procedimentos concursais sempre que existir necessidade de preenchimento de vagas para cargos de chefia. Sobre a empresa seguradora dos acidentes de trabalho, é preciso garantir a reparação a 100% das remunerações. Perante a necessidade de melhorar o funcionamento da Medicina do Trabalho, o STML propôs que se avalie a adesão, por protocolo, aos serviços de Medicina do Trabalho da CML. Por outro lado, importa resolver as faltas indevidamente classificadas como injustificadas. Interessa também investir na formação profissional. Sobre o ACEP em vigor, sublinhou-se a necessidade de eliminar a diferença interpretativa sobre o descanso compensatório pelo trabalho em dia-feriado. Também avaliar a retroatividade a janeiro de 2021 no pagamento do SIP (férias), e a março de 2014, do suplemento noturno, à semelhança do já assumido pela CML e várias Juntas. Não esqueçamos a atribuição dos dias de férias em falta de 2022. No campo das condições de trabalho, é prioritário investir nos meios mecânicos e ferramentas. Igualmente essencial investir na melhoria das instalações do PL do Largo do Mastro e do PL da Rua Aquiles Monteverde. O novo Executivo comprometeu-se em analisar as matérias apresentadas, declarando-se empenhado em melhorar as condições dos trabalhadores.

Negociação Geral Anual na Administração Pública

Sobre as reuniões da FCSAP com o Governo

O Governo prepara-se para dar como encerrada a negociação geral anual praticamente como a iniciou, ou seja, com uma mão cheia de nada no que diz respeito às respostas às reivindicações da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que integra o STML, constantes na PRC/2026 entregue a 25 de setembro.

Num criticável simulacro negocial em que, desde o seu início e após cinco reuniões, o Governo apenas se predispôs a apresentar uma extensão do *Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública*, já assinado com a FESAP e o STE (da UGT), para o mandato de 2026/2029. Soma-se o acrescentar de um conjunto de intenções ou insuficiências claras nas respostas à dura realidade que os trabalhadores enfrentam no seu dia-a-dia, nomeadamente o aumento do custo de vida.

Sendo outro o caminho que a FCSAP defende - **o da valorização dos trabalhadores, do trabalho e dos Serviços Públicos, que assegure salários dignos, carreiras valorizadas, o fim da precariedade e Serviços Públicos de qualidade para todos** - a proposta de prolongamento do referido acordo plurianual dá continuidade à política de desvalorização e empobrecimento dos trabalhadores, bem como a degradação dos serviços públicos. Ficam alguns exemplos de como o acordo plurianual está a anos-luz de distância de responder às justas reivindicações da Frente Comum e dos trabalhadores:

- À proposta de **aumento real dos salários, não inferior a 15%, num mínimo de 150€**, o acordo prevê apenas o aumento anual de 56,58€ ou um mínimo de 2,15% para 2026 (abaixo da taxa de inflação) e de 60,52€ ou um mínimo de 2,30% para 2027, 2028 e 2029;
- Já à proposta de **atualização do valor de todos os suplementos remuneratórios e do subsídio de refeição para 12€**, o acordo prevê apenas a revisão do regime de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço público e o aumento do valor do subsídio de refeição em 0,15€ ao ano até 2029;
- Quanto à **valorização das carreiras e profissões**, o Governo apenas propõe iniciar ou dar continuidade a processos de revisão de algumas carreiras especiais, ao mesmo tempo que define como prioritário para 2026, a revisão do estatuto remuneratório do pessoal dirigente, deixando para última das suas prioridades a justa e necessária revisão e valorização das Carreiras Gerais, que pretende reavaliar, talvez, em 2027;
- E quanto à exigência da imediata **revogação do SIADAP**, o Governo apenas se compromete a desenvolver trabalhos com vista à elaboração de propostas para a sua revisão a partir do 2.º semestre de 2026.

Nada mais propõe o Governo, em relação a outras reivindicações que integram a PRC/2026 como a identificação e regulamentação das **profissões de desgaste rápido**; a regulamentação do **suplemento de insalubridade e penosidade**, propositando o seu alargamento, atualização e inclusão do conceito de 'risco'; a reposição do vínculo de nomeação; a garantia transitória de aposentação sem penalizações aos 40 anos de tempo de serviço e de contribuições; a reposição integral do direito à indemnização devida por acidente de trabalho e/ou doença profissional; a reposição do valor das contribuições para a ADSE em 1,5% sobre o período de 12 meses; entre muitas outras matérias.

É neste quadro que será determinante a resposta dos trabalhadores no plano da luta, como foram os grandes exemplos da Greve Nacional de 24 de outubro ou da Greve Geral de 11 de dezembro.



A IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

As eleições presidenciais de 18 de janeiro, num processo que tudo indica só será decidido numa 2ª volta, ocorrem num momento crítico para quem vive do seu salário em Portugal. Mais do que escolher um representante institucional, o voto nesta data é uma ferramenta de resistência contra o agravamento da precariedade e um passo decisivo na defesa da dignidade de quem trabalha.

O Presidente como Guardião dos Direitos Sociais

Embora o Presidente da República não tenha o poder de legislar diretamente, ele possui competências fundamentais que podem travar ou validar ataques aos direitos laborais:

- **Poder de Veto:** O Presidente pode devolver à Assembleia da República diplomas que prejudiquem os trabalhadores, forçando um novo debate ou impedindo a sua entrada em vigor imediata.
- **Fiscalização da Constitucionalidade:** Candidaturas alinhadas com o mundo do trabalho garantem que o Tribunal Constitucional será chamado a intervir caso o “Pacote Laboral” viole princípios fundamentais.
- **Magistratura de Influência:** Um Presidente que dê voz aos sindicatos e aos movimentos de trabalhadores utiliza o seu púlpito para denunciar a injustiça social e pressionar o Governo.

O Perigo do “Pacote Laboral”

O atual contexto político é marcado pela tentativa de implementar reformas que ameaçam conquistas históricas. Votar contra este pacote significa opor-se a:

- **Facilitação de Despedimentos:** Medidas que visam tornar o despedimento mais “ágil”, retirando a segurança necessária para que o trabalhador possa planear a sua vida.
- **Desregulação de Horários:** A imposição de bancos de horas e a flexibilização do tempo de trabalho que destroem a conciliação entre a vida profissional e familiar.
- **Generalização da Precariedade:** O alargamento temporal dos contratos a termo e a falta de combate eficaz aos falsos recibos verdes, que mantêm gerações inteiras na incerteza.

O Voto como Resposta à Carestia de Vida

Com a inflação e a crise na habitação a pressionar os orçamentos familiares, o voto nestas eleições, na 1ª volta e depois na 2ª volta, deve focar-se em quem defende o aumento geral dos salários e a valorização das carreiras. Uma candidatura que apoie a luta dos trabalhadores compreende que a economia só cresce de forma justa se o poder de compra for restaurado.

Combater a Abstenção é Defender o Trabalho

Historicamente, a abstenção nas presidenciais tende a ser elevada, o que muitas vezes favorece candidatos alinhados com os interesses do capital e do *status quo*. A tua ausência é um voto de confiança para quem quer dismantlar o Código do Trabalho. Participar nesta eleição é uma forma de dizer “não” à ideia de que o trabalho é apenas um custo e “sim” à ideia de que os trabalhadores são o motor do país.

Nas eleições para a Presidência da República, o teu voto pode ser o muro de contenção contra políticas de exploração. Escolher uma candidatura que se posicione claramente ao lado do mundo do trabalho, é assegurar que Belém terá alguém que não hesitará em defender quem acorda cedo para construir Portugal.